

Dívida pública federal cresce 17 bi com a renegociação dos estados

Meta do Governo é estabilizar a relação entre endividamento e PIB

• **BRASÍLIA.** A dívida pública em títulos do Governo federal em mãos dos investidores cresceu R\$ 17 bilhões no mês passado. Esse aumento ocorreu principalmente por causa da renegociação das dívidas estaduais que foram transferidas para a União. Em troca dos débitos que assumiu, o Governo federal teve que vender títulos ao mercado financeiro, aumentando seu endividamento. A maior parte desses papéis foi de LFTs, as Letras Financeiras do Tesouro, que têm correção pela taxa Selic.

Estabilidade cambial pode ajudar a conter dívida

Mesmo com a piora do resultado primário (que exclui pagamento dos juros) nas contas públicas em dezembro, o Governo conseguiu reduzir em R\$ 1 bilhão o estoque da dívida líquida do setor público que encerrou 99 em R\$ 516,572 bilhões, 46,95%. A meta da equipe econômica é estabilizar a relação da dívida com o PIB e chegar ao fim do ano que vem num patamar de 46,5% do PIB.

A estabilidade do câmbio será fundamental para atingir esse objetivo, pois qualquer oscilação mais brusca na cotação do dólar tem um impacto



ALTAMIR LOPES: "Para este ano, trajetória é de melhora das contas"

direto na dívida do Governo federal, estados e municípios indexada ao dólar. Por isso, o Governo vem reduzindo a participação dos títulos cambiais que estão em 23,5%.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a valorização de 6,89% do real em re-

lação ao dólar em dezembro de 1999 contribuiu para redução da dívida, pois o Governo gastou mais do que arrecadou sem abater a dívida.

Normalmente, essa dívida tenderia a crescer somente com a apropriação dos juros e encargos financeiros. Se o setor público não equilibra as

suas contas, como aconteceu em dezembro, é preciso aumentar o endividamento para cobrir as despesas. Por outro lado, se os governos têm superávits primários e há mudanças no câmbio que elevam o volume da dívida, todo o ganho é consumido apenas no pagamento dos encargos financeiros.

Brasil não cumpriu meta acertada com o FMI

Em dezembro, o resultado primário foi um déficit de R\$ 1,7 bilhão. Enquanto isso, os gastos com juros no mês caíram para R\$ 1,2 bilhão graças a uma receita de R\$ 2,9 bilhões obtida pelo Governo central com a valorização do real.

Em 99, o Governo conseguiu superávits primários significativos ao longo de praticamente todo ano, mas a dívida sofreu o impacto da mudança cambial de janeiro de 1999. Os gastos com juros no ano chegaram a R\$ 127,2 bilhões e o déficit nominal foi de R\$ 96,151 bilhões. Com isso, o país não cumpriu a meta indicativa acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de fechar o ano com a dívida líquida de R\$ 513 bilhões.

— Para este ano, a trajetória é de melhora — disse Lopes. ■

Arquivo